



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| ☐ Ambiente e Sustentabilidade | ☐ Crítica, Documentação e Reflexão | ☐ Espaço Público e Cidadania |
| ☒ Habitação e Direito à Cidade | ☐ Infraestrutura e Mobilidade | ☐ Novos processos e novas tecnologias |
| ☐ Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Espaços segregados como componentes da paisagem urbana: o caso da comunidade Poço da Draga em Fortaleza, Brasil

Segregated spaces as components of urban landscape: the case of Poço da Draga community in Fortaleza, Brazil

Espacios segregados como componentes del paisaje urbano: el caso de la comunidad Poço da Draga en Fortaleza, Brasil

ALMEIDA, André Araújo (1);

GONDIM, Linda Maria de Pontes (2)

(1) Professor Mestrando, Universidade de Fortaleza, UNIFOR, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo MINTER, Mestrado Interinstitucional Universidade Presbiteriana Mackenzie / UNIFOR, Fortaleza, CE, Brasil; email: arqandrealmeida@netscape.net

(2) Professora Doutora, Universidade Federal do Ceará, UFC, coordenadora do LEC, Laboratório de Estudos da Cidade, Fortaleza, CE, Brasil; email: lindagondim@uol.com.br

Espaços segregados como componentes da paisagem urbana: o caso da comunidade Poço da Draga em Fortaleza, Brasil

Segregated spaces as components of urban landscape: the case of Poço da Draga community in Fortaleza, Brazil

Espacios segregados como componentes del paisaje urbano: el caso de la comunidad Poço da Draga en Fortaleza, Brasil

RESUMO

Este artigo é parte de um estudo mais amplo sobre as referências arquitetônicas da cidade de Fortaleza para a narração da sua evolução. Para essa pesquisa, além de edifícios isolados, vemos os espaços urbanos como importantes para a compreensão da história da paisagem. Assentamentos precários tendem a compor grande parte do espaço urbano brasileiro. Por esse motivo, são importantes na história da cidade, que constrói cenários de beleza arquitetônica e promove espaços segregados. Analisou-se a comunidade Poço da Draga, situada na área do antigo porto. Apesar de sua proximidade com o centro histórico, pode-se dizer que a localidade, a partir de meados do século XX, se torna parte da periferia. As precárias condições habitacionais, situada parcialmente em área de risco ambiental, refletem as dificuldades de acesso de parte da população a imóveis dotados de adequadas condições de infraestrutura. Sua consolidação se dá à revelia do poder público, ausente no que se refere à oferta de infraestrutura e serviços, bem como à regularização e garantia do direito à cidade a seus moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Fortaleza, Poço da Draga, Segregação

ABSTRACT

This paper is part of a major study about the architectural references in Fortaleza, which are relevant to narrate its evolution. In this research, besides isolated buildings, we also see urban spaces as important to understand the history of the cities. Precarious human settlements tend to compose much of the urban setting. Therefore, they are an important part of the urban fabric, relevant to urban evolution, that builds beautiful architectural scenarios while promotes segregated spaces. For this, we analyzed Poço da Draga community, located in the area of the former harbor. Despite its location nearby the historic center, the settlement, since mid-twentieth century, became part of the peripheral occupation, where we see housing problems, located in an environmental risk area. It reflects the difficulties of access by part of the population to housing with adequate conditions of infra-structure. Its consolidation has occurred without any support of the government, regarding the provision of infrastructure and services, as well as regulation of land ownership and guarantee to its residents the right to the city.

KEY-WORDS: Fortaleza, Poço da Draga, segregation

RESUMEN

Este artículo es parte de un estudio más amplio sobre la arquitectura relevante a la evolución de Fortaleza. Para esta investigación, además de los edificios, espacios urbanos también son importantes para la comprensión del paisaje de las ciudades. Entre éstos, los barrios marginales tienden a componer gran parte del espacio de las ciudades brasileñas. Son, así, parte importante para la construcción histórica de la ciudad, capaz de, al mismo tiempo, construir escenarios de belleza arquitectónica y espacios de segregación. Se hizo un análisis sobre la comunidad Poço da Draga, ubicada en la región del antiguo porto. A pesar de estar situado en el casco viejo, desde la mitad del siglo XX la comunidad se convierte periferia social. Sus precarias condiciones de vida, y su ubicación en zona de riesgo ambiental, son reflejo de las dificultades de acceso a inmuebles con las condiciones adecuadas de infraestructura. La consolidación se produce bajo la ausencia del gobierno, responsable por la provisión de infraestructura, servicios sociales, regulación del derecho a la ciudad.

PALABRAS-CLAVE: Fortaleza, Poço da Draga, segregación

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil tem se caracterizado, entre outros aspectos, pelos altos índices de crescimento demográfico. O atual quadro de precariedade urbana e dificuldade de acesso à propriedade da terra de acordo com as normas da cidade formal decorrem, em parte, do crescimento acelerado sem a adequada oferta de serviços e infraestrutura. O problema não se refere apenas às condições físico-espaciais, mas também a fatores ligados à segregação social presentes historicamente em nossas cidades. Os espaços periféricos compõem uma parcela importante do cenário urbano e precisam ser compreendidos de forma a integrá-los em projetos multidisciplinares, contemplando a riqueza proporcionada pelos diversos saberes a respeito das cidades e das pessoas que nelas vivem.

Em Fortaleza, a estruturação urbana se dá a partir do século XIX, impulsionada pela criação da linha férrea Fortaleza-Baturité, e da instalação do primeiro porto para a exportação da produção de algodão. A pequena vila, de função apenas administrativa e de proteção do território, inexpressiva economicamente no cenário da província, transforma-se em uma cidade que experimenta grande crescimento, que se acelera durante o século XX, sobretudo a partir das décadas de 1950 e 1970, processo esse bastante semelhante ao de muitos outros grandes centros urbanos brasileiros. Seu poder de atração demográfica exercido sobre as áreas rurais, sobretudo em períodos de seca, não correspondeu à capacidade de responder às demandas de seus habitantes, deixando boa parte destes à margem da cidade formal. A segregação que se apresentará ao longo da sua história evidencia-se hoje em inúmeros pontos da cidade, facilmente identificados pelo desenho urbano desordenado, com lotes e edificações fora dos parâmetros construtivos e urbanísticos definidos legalmente e pela inexistência de infraestrutura e de padrões mínimos de conforto e de dignidade.

Este trabalho pretende analisar um cenário onde se materializam essas condições precárias: a comunidade Poço da Draga, na qual a segregação histórica tem reflexos hoje, sendo palco de ameaças de remoção à medida que a área onde se insere passa a ser objeto de intervenções governamentais e de crescente interesse do setor imobiliário. Reforça-se a tese de que o desenvolvimento urbano em Fortaleza é segregador, criando o cenário atual de ausência de urbanidade e de cidadania, problemas sociais e precariedade da moradia e da infraestrutura.

O trabalho divide-se em três partes, apresentando-se a origem da cidade e da comunidade, seu cenário e os processos contemporâneos.

2 OS PRIMÓRDIOS DA CIDADE E A GÊNESE DA SEGREGAÇÃO

OCUPAÇÃO INICIAL DO TERRITÓRIO

A ocupação do território cearense se dá inicialmente pelos povos indígenas, os quais foram, em grande parte, dizimados pelos portugueses, que ocuparam o Ceará a partir do século XVII. Ainda hoje, contudo, algumas etnias têm presença na região metropolitana de Fortaleza, como os Anacé (nos Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante), os Tapeba (Caucaia) e os Pitaguary (Maracanaú e Pacatuba).

No início do século XVII, um forte português denominado Forte S. Sebastião foi construído na foz do Rio Ceará. A ocupação portuguesa desloca-se posteriormente para a foz do Pajeú, no local onde hoje se encontra o centro da cidade, em virtude da ameaça de tomada do território por holandeses, que aí instalaram o Forte *Schoonenborch*. Conquistado pelos portugueses, foi

renomeado Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. A região permanece estagnada, porém, concentrando ao longo do tempo atividades de proteção militar e administrativas da província. Enquanto o interior povoa-se pelo ciclo da pecuária, surgindo as primeiras vilas, Fortaleza mantém-se como um povoado de poucas casas em meio às dunas até o século XIX.

Nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, entre os séculos XVIII e XIX, inicia-se a produção algodoeira, o “ouro branco”, que promove o desenvolvimento dos núcleos populacionais e vilas mais próximos ao litoral. Essa consolidação decorre das boas condições da região para o plantio dessa cultura e das mudanças econômicas internacionais, tais como a forte demanda provocada pelo crescimento da indústria têxtil na Inglaterra e a queda da produção algodoeira nos EUA, devido a Guerra de Secessão, com seu consequente aumento de preços. Como observa Celso Furtado (2008):

[...] na segunda metade do século XIX, os sintomas de pressão demográfica sobre a terra tornaram-se mais ou menos evidentes. [...] Nos anos sessenta, quando ocorre a grande elevação de preços provocada pela guerra civil nos EUA, a produção de algodão se intensifica e certas regiões, como o Ceará, conhecem pela primeira vez uma etapa de prosperidade.

O Brasil passa a fornecer matéria prima para as indústrias inglesas após a abertura dos seus portos às nações amigas de Portugal, nascendo assim um novo ciclo econômico de escala regional.

No Ceará, Fortaleza mostrou-se como uma localização privilegiada em relação às demais vilas litorâneas, pela proximidade com as regiões produtoras de algodão localizadas nas serras de Baturité e Uruburetama. Tal localização diminui o custo de implantação da infraestrutura ferroviária e portuária para exportação do produto, já que os portos existentes em Aracati (litoral leste) e em Camocim e Acaraú (litoral oeste), além de necessitarem de intervenções para sua modernização, eram mais distantes da região produtora, aumentando o custo de transporte. Essa influência das ferrovias e dos portos para o desenvolvimento das metrópoles litorâneas brasileiras ocorre de maneira semelhante em diversas outras cidades brasileiras, como é observado por Villaça (2001, p. 131): “[...] expandiu-se em função do ponto escolhido para o porto, a partir do qual começa a se desenvolver a aglomeração e seu centro. [...] A ferrovia, ao ser implantada, veio a formar com os portos um binômio altamente articulado”.

Nas primeiras décadas do século XIX, a vila de Fortaleza é elevada à categoria de cidade e são elaboradas suas primeiras plantas, pelo engenheiro Silva Paulet. Entre as décadas de 1840 e 1860 inicia-se a modernização da cidade: quando são realizadas obras de urbanização, como a construção de praças, por iniciativa do Boticário Ferreira, então presidente da Câmara Municipal. No final do século, Fortaleza conta com um pequeno porto, a linha final da Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité, transporte coletivo (bondes a tração animal) e iluminação pública a gás. Inicia-se a expansão da malha urbana, agora em formato xadrez, segundo planos de Adolfo Herbster, que servirá para o novo cenário cultural conhecido como *Belle Époque* (PONTE, 2001).

AS ORIGENS DA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA

A ocupação da Praia de Iracema acontece no início do século XIX, com a implantação de um cais na então Praia do Peixe, onde a primeira intervenção, datada de 1805, corresponde à construção de “um trapiche próprio para desembarque das fazendas transportadas pelos navios que principiavam a fomentar o comércio da Capitania” (GIRÃO, 1997, p. 210). O referido píer foi retratado em gravura datada de 1881 (

Figura 1).

Por volta de 1888, o engenheiro inglês John Hawkshaw projeta um quebra-mar que, por erro de projeto, cria uma bacia de águas paradas, que passou a ser denominada Poço da Draga. “[...] o mar jogava água por cima do paredão. E tinha um guincho, ou melhor, uma draga, que puxava a água para o outro lado” (ALMEIDA, Rodrigo de. Jornal O POVO, 26 jul. 1997, *apud* OLIVEIRA, 2006). Em 1906 dá-se a construção de um novo cais (Figura 2), chamado de Ponte Metálica, na altura da Alfândega, com estrutura em ferro e piso em madeira (OLIVEIRA, 2006).

O porto torna-se o principal ponto de exportação do Ceará, conferindo a Fortaleza posição de destaque no Estado, em detrimento dos demais centros urbanos do interior, como já mencionado. Nesse cenário, erguem-se várias edificações que compõem hoje o patrimônio da cidade, como edifícios para comércio, galpões, armazéns e os edifícios da Alfândega e da Secretaria da Fazenda (Figura 3 e Figura 4). Mais a leste, ocorreu, nas primeiras décadas do século XX, ocupação por bangalôs erguidos por famílias de classe alta e média, que transformaram aquele trecho do litoral em área de veraneio e lazer, sendo os banhos de mar recomendados também para fins medicinais. Nessa época, ocorreu a mudança do nome do bairro para Praia de Iracema.

O início da decadência do local se dá na década de 1940, devido à construção do porto do Mucuripe. Na década de 1950, as obras desse novo porto provocaram o avanço das marés na Praia de Iracema, tomando a faixa de areia e destruindo a maior parte das edificações. Nessa mesma década ocorre verdadeira explosão demográfica na cidade, causada pelos intensos fluxos migratórios do interior para a capital. Nos anos de 1951 e 1958 são registradas grandes secas no Sertão, que, aliando-se à decadência econômica da agricultura, acentuam as migrações e o consequente incremento populacional na capital. Pelos dados demográficos relativos ao período entre 1950 e 1960 podemos ver que sua população quase dobra, atingindo uma taxa crescimento que chega a 90,5%, passando de 270.169 habitantes para 514.813 habitantes.

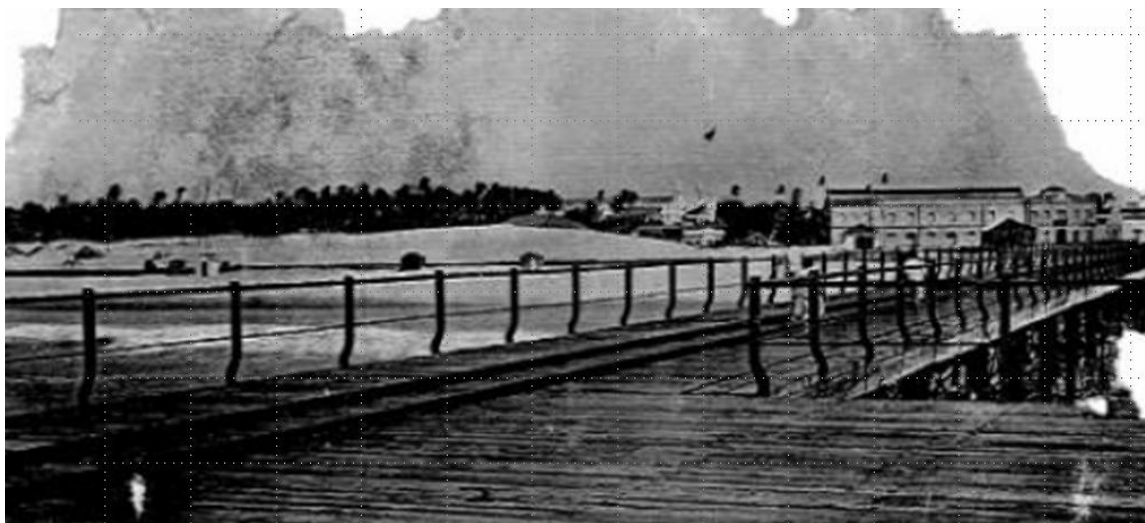
Esse crescimento populacional desordenado confronta-se com a insuficiente oferta de postos de trabalho na cidade, direcionando essa mão de obra aos setores informais da economia, em situação de intensa precariedade socioeconômica. À pobreza da maior parte dos habitantes alia-se a incapacidade do Poder Público de prover infraestrutura urbana e serviços públicos para o conjunto da cidade, o que leva à ocupação de áreas sem condições adequadas de habitabilidade – as chamadas favelas, das quais as primeiras localizam-se e nas dunas do Pirambu, a oeste da capital, nas proximidades da primeira área industrial.

Figura 1: Gravura de Fortaleza em 1881



Fonte: Domínio Público (autor desconhecido)

Figura 2: Ponte metálica em 1906 (edifícios portuários ao fundo)



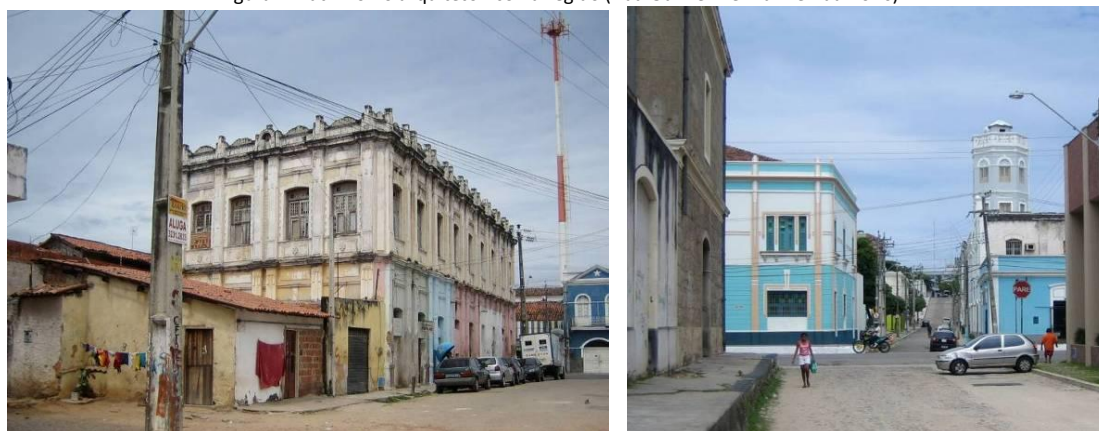
Fonte: Arquivo Nirez

Figura 3: Patrimônio arquitetônico na região (edifício da Secretaria da Fazenda e traços da linha férrea na Rua Gerson Gradvol)



Fonte: Oliveira, 2006

Figura 4: Patrimônio arquitetônico na região (Rua Guilherme Blum e Rua Boris)



Fonte: Oliveira, 2006

Na antiga e decadente região portuária nasce a comunidade Poço da Draga, quando seus primeiros habitantes, muitos deles migrantes, elegem o local para construção de suas casas (Figura 5), buscando sua sobrevivência na pesca artesanal e no comércio de pescados. Posteriormente também foram atraídos novos moradores, a partir das oportunidades de emprego criadas pela instalação da INACE – Indústria Naval - em 1969. Na mesma época, dá-se a desativação dos trilhos da Rua Gerson Gradvol e Travessa CICAL (OLIVEIRA, 2006), concluindo-se definitivamente a atividade aduaneira no bairro.

Na década de 1970, a população de Fortaleza chega a 860.000 habitantes, sendo 3% habitando o Centro. Ao longo daquela década, inicia-se o “esvaziamento habitacional” do Centro, à medida que se intensifica o deslocamento para a Aldeota –bairro residencial de classe média e alta – de parte do comércio, serviços e equipamentos governamentais. Tal “esvaziamento” influencia negativamente a dinâmica sócio-econômica também dos bairros de entorno.

Figura 5: Poço da Draga no início da ocupação (com edifício da Secretaria da Fazenda ao fundo)



Fonte: Gaspar, 1970 In Oliveira, 2006

3 A CONSTRUÇÃO DA SEGREGAÇÃO: ISOLAMENTO E PRECARIIDADE

A formação da comunidade do Poço da Draga se dá em área indesejada para a ocupação formal, em virtude dos seguintes aspectos:

- área portuária, incompatível com o uso habitacional;
- isolamento em relação ao restante da cidade, pelas barreiras físicas existentes: edificações portuárias e aduaneiras, a linha férrea, a baixa cota em relação ao Centro, presença de mangue formado pelo riacho Pajeú e risco de enchentes.

Mesmo nessas condições, a ocupação ocorre gradativamente, por uma população sem condições de acesso à cidade formal. Nasce, assim, um dos primeiros espaços de segregação da cidade, malgrado a sua proximidade ao centro histórico da capital.

A localização da comunidade é o primeiro aspecto que demonstra sua situação segregada. Seus limites (mar ao norte e edificações portuárias, de grandes dimensões longitudinais como a antiga Alfândega e os antigos galpões, a sul e leste, respectivamente) favorecem sua condição de isolamento, limitando seu acesso físico e visual. A situação agrava-se com a instalação da INACE, configurando-se na sua barreira a oeste. Tal isolamento acentua-se ainda mais devido à área onde se encontra ser de baixa cota altimétrica, entendida por sua proximidade com o mar, separando-a do volume edificado do centro antigo, de cota mais elevada, isolando definitivamente a comunidade.

A estigmatização como área de favela se dá não só pelo isolamento físico e visual, mas também pelos anos de exclusão de investimentos públicos diretamente na comunidade, mesmo presentes nos seus arredores. Assim, perpetuam-se as condições de precariedade no Poço da Draga, logo percebidas por seu desenho urbano, sinuoso e desorganizado, resultado da irregularidade da ocupação, marcada inicialmente pelo traçado da linha férrea que chegava até o píer do porto antigo. Destaca-se também a irregularidade fundiária, pois 92% de seus habitantes não possuem títulos de posse dos seus imóveis (Habitafor, 2013). A comunidade ocupa terrenos de marinha, classificação dada aos terrenos de domínio da União banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis e lagoas onde se faça sentir a influência das marés (Decreto Imperial nº 4.105/1868, de 22 de fevereiro, atualizado pelo Decreto-Lei nº 9.760/1946). Por esse motivo alguns moradores possuem registro na SPU – Secretaria do Patrimônio da União.

Na atualidade, a habitabilidade continua precária, mas já foi ainda pior. Estudo realizado na década de 1970 apresenta imagens de casas de madeira, abastecimento de água por chafariz, sem esgotamento sanitário adequado e constantes inundações, demonstrando uma situação ambiental e sócio-econômica de extrema precariedade. Na época, a estimativa do número de casas construídas em madeira, por exemplo, era na ordem de 500, servindo de abrigo a uma população que chegava aos 3.000 habitantes (GONDIM, 2008). Hoje, a comunidade conta com 354 imóveis (33 comércios e 321 habitações) e cerca de 1.032 moradores, segundo diagnóstico realizado entre 2011 e 2012 pela prefeitura. Esse dado, porém, é contestado pelos moradores, que estimam a população da comunidade em mais de 2.000 habitantes. As habitações já apresentam melhor padrão construtivo, sendo 92% em alvenaria.

As melhorias recentes ainda não garantiram ainda o acesso a outras condições fundamentais de urbanidade, como ligação de todos os domicílios à rede oficial de energia elétrica, iluminação pública adequada e saneamento básico. A precariedade maior encontra-se na infraestrutura urbana: apenas 74% dos imóveis possuem ligação oficial à rede de abastecimento de água e apenas 18% à rede de esgoto. A drenagem contempla apenas 15% da comunidade (HABITAFOR, 2013) e parte da área continua sujeita a inundações. Assim, a precariedade ambiental e sanitária é grave, registrando-se 17% das habitações ainda sem banheiro ou sanitário (OLIVEIRA, 2006). Não há indícios que tal situação tenha melhorado atualmente.

4 A SEGREGAÇÃO PÓS-MODERNA

Desde suas origens, a comunidade do Poço da Draga sofre com inúmeras ameaças de remoção, em clara destituição do direito à cidade. A região, pela sua localização, sempre foi alvo de interesses privados e de políticas públicas para “requalificação urbana”.

Entre 1963 e 1967, o Plano Diretor elaborado pelo urbanista Hélio Modesto demonstra preocupações de ordem meramente econômica e administrativa, desenvolvendo a cartografia da cidade e constituindo o cadastro imobiliário, com finalidade tributária. Esse plano apresenta a primeira ameaça de remoção do Poço da Draga, com a proposta de um Centro Cívico nessa localidade, que, porém, não se concretiza (GONDIM, 2008).

A criação da INACE em 1969 apresenta-se como uma incoerência urbanística, ao impedir os moradores e demais cidadãos de terem acesso ao litoral, prejudicando as potencialidades paisagísticas e as atividades ligadas ao lazer e à pesca. Esse fato consolidou o isolamento da

comunidade e prejudicou uma das principais fontes de renda dos moradores de então, deteriorando as já graves condições sócio-econômicas em que vivem.

Na ocasião da expansão da INACE, na década de 1980, ocorre a remoção de parte da comunidade para o Conjunto Palmeiras (GONDIM, 2008), bairro localizado na extrema periferia da cidade, distante em linha reta mais de 14 km do Centro. Em contrapartida, a resistência do Poço da Draga se fortalece no cenário de redemocratização nacional, quando inúmeros movimentos sociais e políticos oriundos das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base passam a atuar no contexto urbano. Dentre eles, o Centro de Defesa e Proteção aos Direitos Humanos (CDPDH), organização não-governamental ligada à arquidiocese de Fortaleza, que passa a apoiar a Associação dos Moradores do Poço da Draga (AMPODRA) em seu pleito junto à União para obter a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) da área ocupada, o que, entretanto, não ocorreu.

A intensificação dessas ameaças de remoção acontece principalmente a partir da década de 1990, quando são executados grandes investimentos destinados aos “projetos de requalificação”, concentrados inicialmente na Praia de Iracema: a reforma do restaurante histórico Estoril, reduto da boemia na primeira metade do século XX, e a construção de um calçadão na orla da praia, reconvertendo a área para o lazer turístico.

Posteriormente será requalificada a área vizinha ao Poço da Draga, situada no entorno da Capitania dos Portos, tendo como marco arquitetônico o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Inaugurado em 1998, esse equipamento potencializou a área e os imóveis adjacentes para ocupação por estabelecimentos de gastronomia e de lazer, convertendo o local em importante marco turístico da cidade. Não foram oferecidos incentivos efetivos à reforma e adaptação dos imóveis de entorno para atividades culturais, como era a proposta original do projeto, nem concebidas políticas de integração social da população do entorno.

Na primeira década do século XXI novos investimentos na Praia de Iracema são previstos, como o Acquário do Ceará, projetado no terreno antes ocupado por prédio pertencente ao Poder Público, adjacente à comunidade.

Nenhum desses projetos contempla o entorno e a comunidade com melhorias efetivas; como outros projetos contemporâneos de requalificação urbana, seus resultados são positivos apenas do ponto de vista do *city marketing* promovido pelo urbanismo pós-moderno, que segundo o conceito de Harvey (2000), visa principalmente a remodelação estética da cidade para fins comerciais, turísticos e de valorização imobiliária. Carecem, porém, de resultados sociais efetivos, pois a cidade não é vista organicamente, em um cenário complexo de interesses dos diversos cidadãos. Como observa Harvey (2000, p. 69), os pós-modernistas veem o espaço

[...] como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza “desinteressada” como fins em si mesmas.

Observamos que todos esses investimentos, por fim, têm tido efeitos negativos não apenas em termos de especulação imobiliária, mas também como fator de recrudescimento da delinquência (comércio de drogas, prostituição, violência) e consequente degradação da orla da Praia de Iracema, que atingem diretamente a comunidade do Poço da Draga.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição em que se encontra a Comunidade do Poço da Draga hoje é reflexo de como se dá o desenvolvimento de Fortaleza, que materializa uma lógica de investimentos que desconsidera a coletividade. Por essa lógica, a viabilidade de projetos públicos e privados é analisada a partir das vantagens econômicas, bem como de seus resultados políticos. Como consequência, tais projetos tratam os espaços urbanos e os cidadãos de maneira diferenciada, ignorando uns e favorecendo outros, privilegiando as necessidades dos seus agentes e promotores, e não os interesses coletivos da sociedade. O custo socioambiental dessas decisões é altíssimo e cumulativo ao longo do tempo.

Tal situação parece agravar-se na contemporaneidade, quando o discurso pós-moderno faz juízo negativo acerca dos espaços degradados da cidade, que são resultado da própria lógica excludente. Esse discurso alimenta o estigma construído sobre áreas favelizadas e sobre seus moradores, alvo de um processo histórico de exclusão social.

Espera-se que a análise do processo histórico de segregação da Comunidade Poço da Draga, no contexto da urbanização de Fortaleza, seja útil para apontar os principais fatores que geram essa segregação no contexto da urbanização brasileira, contribuindo para a construção de práticas e instrumentos para a promoção de políticas públicas, programas e projetos, tendo em vista o efetivo enfrentamento desses processos segregadores.

AGRADECIMENTOS

O trabalho baseou-se na bibliografia sobre o tema, tendo como raiz condutora o trabalho da socióloga Heloisa Maria Alves de Oliveira, a quem agradecemos por compartilhar seu conhecimento oriundo de sua atuação profissional, acadêmica e cidadã no Poço da Draga. Importante agradecer também ao Arquivo Nirez, que disponibiliza nas redes sociais boa parte da memória iconográfica cearense. Há que mencionar, ainda, a contribuição dos trabalhos desenvolvidos no Laboratório de Estudos da Cidade da UFC. Vale ressaltar os apoios financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) no apoio ao MINTER Universidade Presbiteriana Mackenzie/UNIFOR, que deu origem a este trabalho. A todos registramos nossos agradecimentos.

REFERÊNCIAS

- FEITOSA, Luiz T. *O Poço da Draga, a Favela e a Biblioteca*. São Paulo: Annalume, 1998.
- FURTADO, Celso M.. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- GASPAR, Luciano Mota. *Integração Econômica e Social de uma Favela: Estudo sobre o Poço da Draga*. Fortaleza, 1970.
- GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1997.
- GONDIM, Linda M. P. *A favela depois do Estatuto da Cidade – Novos e velhos dilemas à luz do caso do Poço da Draga (Fortaleza, CE)*. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V. 10. N. 2, Nov.2008. Disponível em: <<http://anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/202/186>> Acessado em 07.nov.2013.
- GONDIM, Linda M. P. *O Dragão do Lazer e da Cultura Invade a Praia de Iracema: Intervenções Urbanísticas como Catalisadoras da Imagem da “Moderna” Fortaleza*. V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – Sessão Temática 5: História e Cultura Urbana Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Mestrado em Urbanismo.
- HABITAFOR. *Diagnóstico socioeconômico do Poço da Draga (2012)*. 2013. Arquivo digital.



HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. *Primórdios da urbanização no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

OLIVEIRA, Heloisa M. A. *O Poço da Draga e a Praia de Iracema: Convivência, Conflitos e Sociabilidade*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, UFC, Fortaleza, Out.2006.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reforma urbana e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.